



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

167

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO REGIMENTAL NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0328738-3

AGRAVANTE: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO: Wilson Sales Belchior (OAB/PE 1.259-A)
AGRAVADO: CESAR HENRIQUE S. OLIVEIRA ME
RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO
DATA DO JULGAMENTO: 21 DE MAIO DE 2014

EMENTA – AGRADO REGIMENTAL CONVERTIDO EM RECURSO DE AGRADO. FUNGIBILIDADE RECURSAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. ABANDONO DA CAUSA. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE. INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DA EXEQUENTE. DESNECESSIDADE. SÚMULA 240, STJ. INAPLICABILIDADE.

1. Não obstante a parte recorrente tenha interposto agravo regimental contra a decisão que negou provimento ao apelo, ao invés de recurso de agravo previsto no §1º do Art. 557 do CPC, por se tratar de decisão ancorada no *caput* do citado dispositivo, tal equívoco pode ser facilmente superado com a aplicação da fungibilidade recursal, consoante entendimento consolidado por este E. Tribunal, através da Súmula nº 42, cuja redação prevê que “São fungíveis os agravos regimental e legal”.

2. No caso dos autos, deve ser mantido o posicionamento do magistrado de piso, cuja sentença de extinção do processo sem resolução do mérito só foi proferida após o cumprimento do disposto no inciso III e no §1º do Art. 267, do CPC.

3. Desnecessária a intimação pessoal do advogado da parte exequente, por inexistência de expressa previsão legal.

3. De acordo com o entendimento jurisprudencial do C. Superior Tribunal de Justiça é inaplicável o enunciado da Súmula 240 daquele Tribunal Superior, nas execuções que não foram embargadas.

ACÓRDÃO

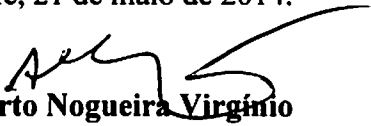
Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo Regimental na



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

Apelação Cível nº 0328738-3, em que são partes as acima nominadas, acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível deste Tribunal, à unanimidade, convertê-los em recurso de agravo e, em seguida, negar provimento ao recurso, na conformidade do voto do relator e do termo de julgamento que integram o presente aresto.

Recife, 21 de maio de 2014.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

168

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO REGIMENTAL NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0328738-3 – RECIFE/PE

AGRAVANTE: BANCO BRADESCO S/A

ADVOGADO: Wilson Sales Belchior (OAB/PE 1.258-A) e outros, conforme Regimento Interno do TJPE – Art. 66, III.

AGRAVADO: CESAR HENRIQUE S. OLIVEIRA ME

RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

RELATÓRIO

BANCO BRADESCO S/A, através de advogado legalmente constituído, interpõe, com fundamento no Art. 557, §1º do Código de Processo Civil, **AGRAVO REGIMENTAL** em face da decisão terminativa (fls. 137/138), em que neguei provimento ao recurso de apelação, por entender que o mesmo é manifestamente contrário à jurisprudência dominante do Colendo Superior Tribunal de Justiça e desta Egrégia Corte.

Nas razões de fls. 141/147, o banco recorrente defende “a imprescindibilidade da dupla intimação” para prosseguimento do feito, razão pela qual deveria ser intimada tanto a parte, quanto o causídico.

Acrescenta, ainda, que a decisão terminativa encontra-se equivocada por ter afastado a aplicabilidade da Súmula 240 do STJ, segundo a qual “a extinção do processo, por abandono da causa pelo autor, depende de requerimento do réu”.

Por fim, requer seja exercido o juízo de retratação e, não sendo a hipótese, pugna pela apreciação do presente recurso pelo Órgão Colegiado, para que o mesmo seja conhecido e provido.

É o relatório.

Independentemente de inclusão em pauta, apresento à mesa para julgamento, **ressaltando, inclusive, que as intimações do recorrente sejam publicadas em nome do Dr. Wilson Sales Belchior (OAB/PB 17.314-A e OAB/PE 1.259-A), sob pena de nulidade.**

Recife, 21 de maio de 2014.

Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

109
1

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO REGIMENTAL NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0328738-3 – RECIFE/PE

AGRAVANTE: BANCO BRADESCO S/A

ADVOGADO: Wilson Sales Belchior (OAB/PE 1.258-A) e outros, conforme
Regimento Interno do TJPE – Art. 66, III.

AGRAVADO: CESAR HENRIQUE S. OLIVEIRA ME

RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

VOTO DO RELATOR

De início, cumpre esclarecer que, não obstante a parte recorrente tenha interposto agravo regimental contra a decisão que negou provimento ao recurso de apelação apenso, ao invés do recurso de agravo previsto no parágrafo primeiro do Art. 557 do CPC¹, por se tratar de decisão ancorada no *caput* do citado dispositivo, tal equívoco pode ser facilmente superado com a aplicação da fungibilidade recursal, consoante entendimento consolidado por este E. Tribunal, através da súmula nº42, que foi editada com o seguinte enunciado: “São fungíveis os agravos regimental e legal”.

Desse modo, recebo o presente agravo regimental como recurso de agravo.

Pois bem.

Da leitura das razões do presente recurso de agravo, observo que a parte recorrente embora defenda a necessidade de reforma da decisão monocrática lançada quando do julgamento da apelação cível, a meu ver, não traz à baila nenhuma fundamentação capaz de combatê-la.

Assim sendo, cuido ser o caso de manter *in totum* a decisão terminativa que proferi nos seguintes termos:

“(…) Como bem consignei no relatório, a parte apelante defende a necessidade de realização da intimação pessoal do advogado da exequente juntamente com a intimação pessoal da parte, para que, então, pudesse ser decretada a extinção do feito nos moldes do Art. 267, III do CPC.

A possibilidade de extinção do feito por inércia do autor em promover seu andamento, nos moldes do Art. 267, III do CPC, é uma providência estatal cuja finalidade é evitar a dispendiosa movimentação da máquina judiciária diante do desinteresse da parte na prestação jurisdicional.

¹ Art. 557. O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior.

§ 1º Da decisão caberá agravo, no prazo de cinco dias, ao órgão competente para o julgamento do recurso, e, se não houver retratação, o relator apresentará o processo em mesa, proferindo voto; provido o agravo, o recurso terá seguimento. (Incluído pela Lei nº 9.756, de 17.12.1998)



Para que o magistrado decrete a extinção do feito sem resolução de mérito, motivada pelo abandono da causa, deve realizar a intimação pessoal da parte autora, a teor do disposto no § 1º do Art. 267 do CPC. Tal providência foi devidamente realizada, conforme se observa da certidão de fl. 98.

Em casos como este, a intimação do patrono da parte autora mostra-se totalmente desnecessária, ante a inexistência de previsão legal, tendo em vista que a legislação processual civil, no dispositivo legal mencionado no parágrafo anterior, optou tão somente em determinar a intimação pessoal da parte, com o intuito de colmatar a inércia daquele.

Para melhor elucidação da questão, importante trazer à baila o entendimento jurisprudencial pátrio, exemplificado no aresto abaixo transcrito:

APELAÇÃO CÍVEL - EXTINÇÃO DO FEITO POR ABANDONO - INTIMAÇÃO PESSOAL DO PROCURADOR DA PARTE - DESNECESSIDADE - SENTENÇA MANTIDA. - Na forma do artigo 267, III, do Código de Processo Civil, será extinto o processo, sem julgamento do mérito, quando o autor não promover os atos e diligências que lhe competir, abandonando a causa por mais de 30 (trinta) dias, especialmente se, intimado pessoalmente a dar andamento ao feito, **não sendo necessária a intimação pessoal do advogado ante a ausência de previsão legal. Inteligência do artigo 267, § 1º, do CPC.** EMENTA: AÇÃO MONITÓRIA - INÉRCIA DO AUTOR - INTIMAÇÃO DO AUTOR E DOS ADVOGADOS - EXTINÇÃO IRREGULAR DO PROCESSO - SENTENÇA REFORMADA. - Além da intimação pessoal do autor, para a extinção do processo nos termos do artigo 267, III, § 1º do Código de Processo Civil, necessária a publicação do despacho que determinou a intimação pessoal do autor. Todas as decisões proferidas no processo é necessária a sua publicação no Diário do Judiciário, sob pena de ineficácia da decisão. (TJMG, Apelação Cível 1.0056.10.004007-2/001, 16ª Câmara Cível, Relator: Des. Batista de Abreu, Julgamento em 27/02/2014, publicação da súmula em 14/03/2014) [sem grifos no original]

Nessa linha de raciocínio, entendo que, uma vez intimada pessoalmente para dar impulso ao feito e mantendo-se silente pelo prazo fixado, a parte demonstrou não ter interesse no seu prosseguimento, justificando a extinção sem resolução de mérito.

No que concerne à aplicabilidade do enunciado constante na Súmula 240 do STJ, entendo não assistir-lhe razão, eis que, no presente feito, não há embargos à execução por parte do executado.

Nesse exato sentido é o posicionamento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, a teor do aresto abaixo, *in verbis*:



170
1

AGRAVO REGIMENTAL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXTINÇÃO DO PROCESSO - ABANDONO DA CAUSA - ARTIGO 267, III, DO CPC - INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 240/STJ AO CASO - DECISÃO AGRAVADA MANTIDA - IMPROVIMENTO. I - *Omissis*. II - **Cumpra destacar que é inaplicável, nessa hipótese, a Súmula 240 do Superior Tribunal de Justiça, haja vista que não houve a oposição de embargos à execução.** III - *Omissis*. IV - Agravo Regimental improvido. (STJ, AgRg no Ag 1337930/GO, Terceira Turma, Relator: Min. Sidnei Beneti, julgado em 16/12/2010, DJe 04/02/2011) [sem grifos no original]

Outro não é o posicionamento desta Egrégia Corte, senão vejamos:

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. EXTINÇÃO POR ABANDONO. ARTIGO 267, INCISO III, § 1º, DO CPC. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE CREDORA. POSSIBILIDADE. SÚMULA 240/STJ. INAPLICABILIDADE. 1. *Omissis*. 2. *Omissis*. 3. **Não se aplica a orientação da Súmula 240 à execuções que não foram embargadas.** Recurso de Agravo improvido. Decisão unânime. (TJPE, Agravo nº 0134307-1/01, Quarta Câmara Cível, Relator: Des. Eurico de Barros Correia Filho, julgado em 29/07/2010) [sem grifos no original]


Assim sendo, resta indubitável a inaplicabilidade da Súmula 240 do STJ à espécie, haja vista a inexistência de embargos à execução no presente caso, não merecendo plausibilidade os argumentos lançados no apelo, razão por que cuido ser o caso de manter íntegra a sentença vergastada. (...)”

Nesse passo, não havendo nenhuma argumentação nova capaz de modificar o teor da decisão monocrática ora recorrida, cuido ser o caso de manutenção do *decisum* vergastado em que neguei provimento ao recurso de apelação para manter a sentença que decretou a extinção do processo sem resolução do mérito, com base no Art. 267, III, do Código de Processo Civil.

Diante de todo o exposto, e ora considerando a conversão do presente agravo regimental em recurso de agravo, **NEGO PROVIMENTO a tal recurso**, e, por corolário lógico, **mantenho, na íntegra, a decisão agravada** em que foi neguei monocraticamente provimento ao apelo com supedâneo no Art. 557, *caput*, do CPC.

É como voto.

Recife, 21 de maio de 2014.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator